

Joaquim Aguiar

A divisão do sujeito ou a psiquiatria política

For there is never anywhere to go but in.

[...] but a man cannot tie himself, or not with bonds that cannot be undone — cant', that is, unless he kills himself. There is no way of making himself immune from the different person that may come to life in him at any moment — and who does not know the laws of being of his host.

Doris LESSING, *A briefing for a descent into hell.*

1. Poderá surpreender a publicação na *Análise Social* de um texto que se refere às correntes contemporâneas da teoria psiquiátrica, especialmente se tivermos em conta o hábito da parcelização dos domínios específicos do objecto social. Prevendo essa reacção, será importante esclarecer as *condições* deste texto, definindo o seu *domínio próprio* (em que a teoria psiquiátrica é um pretexto no exacto sentido de ser anterior a este texto, de o originar sem que o limite nesse espaço teórico da designação psiquiátrica).

Esquematizemos as condições:

i) O objecto da teoria psiquiátrica não apresenta qualquer corte radical com o objecto da teoria sociológica: o círculo epistemológico fundamental, determinado na inter-relação sujeito-objecto, é o mesmo nos dois espaços teóricos.

Entretanto, é historicamente determinável uma distinção das práticas científicas nestes dois espaços, a qual constitui a sua singularidade: o objecto teórico psíquico preenche as dimensões isolacionistas de um indivíduo concretamente analisado na sua especificidade singular (muito embora tenha de percorrer a generalidade necessária de uma teoria que não é apenas a prática dessa singularidade), enquanto o objecto teórico sociológico tende para a clarificação da combinatória, temporal e espacialmente relativizada, de macroestruturas.

Na sua simples designação está compreendida a insuficiência de um corte que se sustente na separação artificial entre o individual e o colectivo; na prática contemporânea da teoria do psíquico e da teoria do social encontra-se a justificação da necessidade e da possibilidade de um fluxo entre os dois espaços que

Como condição geral para a nossa escrita, isto traduz-se na aceitação da possibilidade de escrevermos um texto sobre a teoria psiquiátrica contemporânea, conservando-nos ainda no interior de uma prática sociológica; como condição de leitura, dir-se-á que o leitor encontrará aqui apenas alguns vectores de uma teoria psiquiátrica que é transformada pela sua função de pretexto de um texto não psiquiátrico. Por outras palavras, escrevemos reflexões sugeridas, e não análises pormenorizadas das obras de vários autores.

ii) Enquanto *método*, a teoria psiquiátrica abandona, num lento processo que se inicia em FREUD, o experimentalismo positivista biopatológico, que procurava atingir a determinação de etiologias específicas, para se encaminhar para um construtivismo relativista que tenha em conta os diferentes níveis complexos que o seu objecto designa. Não será difícil encontrar aqui uma afinidade explícita com um dos vectores decisivos da epistemologia contemporânea, que abrevia no termo «dialéctica» o conjunto (conflitual) originário KANT-HEGEL-MARX.

Convergindo na exigência de *referenciais* e na construção de um *sistema de instâncias*, a teoria psíquica de FREUD-LACAN, a teoria sociológica de MARX-ALTHUSSER e o vector epistemológico de EINSTEIN-BACHELARD-SCHRODINGER-PIAGET, embora interna e externamente conflituais, definem o *domínio epistemológico contemporâneo*, o espaço onde se localiza a produção científica possível e onde se inscrevem múltiplas aplicações-ilustrações.

O nosso texto não procura ser mais do que uma exemplificação deste quadro, utilizando a produção exemplar da teoria da psiquiatria contemporânea, a qual se abreviará, por comodidade, na designação Ronald LAING-Erving GOFFMAN-David COOPER.

iii) Uma das preocupações a exigir a qualquer investigador, um dos objectos da sua vigilância crítica, será aquilo que, na tradição de BACHELARD, se poderá designar por psicanálise do sujeito epistémico e que encontra tradução privilegiada na prática da interrogação epistemológica da ciência contemporânea.

Sem que pretendamos realizar, com um mínimo de coerência, o projecto indicado na designação de BACHELARD, não deixará de ser útil registar algumas notas de (psic)análise da utilização do conceito de *objectividade científica*. Acrescente-se que um exemplo importante da simbologia fantasmática e mistificante do valor da objectividade se encontra na «teoria» da esquizofrenia — de múltiplas aplicações, mas não necessariamente terapêuticas —, o que nos reconduz ao nosso pretexto. A «teoria» da esquizofrenia é construída em torno do «doente», entendido como um ponto isolado. LAING-GOFFMAN-COOPER mostram que esse isolamento é fonte de erro, pois o comportamento anormal do esquizofrénico recupera um sentido específico quando é integrado no *nexus* social em que se desenvolve. Daí que a terapêutica da anormalidade exija uma terapêutica do próprio *nexus* do «doente», não se podendo limitar ao estudo isolado da anormalidade.

iv) Uma das condições axiomáticas fundamentais da prática humana pode-se traduzir, no domínio mais específico da actividade científica, na afirmação «nenhum investigador é inocente», pelo que «nenhum resultado científico é inocente». No entanto, a poucos restará a dúvida de que o verdadeiro cientista transporta uma sincera intenção de objectividade, digamos mesmo de inocência, em relação ao objecto e ao efeito da sua análise.

Então, a psicanálise do sujeito epistémico exige a determinação da intenção do investigador que veicula os interesses e a violência da organização social (aliás, registre-se desde já que a psiquiatria contemporânea atribui ao aparelho social um contexto fantasmático de violentação bem definido).

A qualquer destes pontos pode ser atribuída uma justificação autónoma, mas o que nos importa salientar é que a questão que aqui se ilustra *nos obriga* ao desejo de uma intervenção que não se pode localizar nos limites de um texto. Daí que se defina, por coerência, um *post-texto*: a abertura de um debate que ultrapasse esta escrita para retomar outros textos e outras práticas.

2. Nas linhas anteriores referimos que o nosso objecto originário seria a psiquiatria contemporânea, mas designámo-lo, mais restritamente, no espaço da abreviatura LAING-GOFFMAN-COOPER; isto equivale a dizer que a origem do nosso texto se localiza no que é designado por antipsiquiatria. Esta contradição, alterando a comodidade dos hábitos de catalogação, exige uma explicação e uma justificação.

O que aqui temos para dizer é que consideramos inútil, incorrecta e não produtiva a noção de antipsiquiatria.

Inútil, na medida em que qualquer investigação, desde que não seja um simples percurso tautológico de resultados já obtidos, está necessariamente para além (no sentido de revolver o que existe e de preencher os vazios) do que é «admitido» (mais rigorosamente: imposto pela pressão da teoria). Quando muito, admita-se que o prefixo negativo procura dar conta de que está contra a «psiquiatria» institucionalmente dominante; mas ainda isso é confundir o espaço científico com o instrumento de dominação produzido pelo aparelho social, que, esse sim, é objectivamente anticientífico (no nosso caso, antipsiquiátrico).

A correcção decorre da confusão que esta designação legítima entre superação teórica, interna ao domínio científico, e ataque (político) ao poder institucionalizado de uma psiquiatria teoricamente superada. Esta confusão só será legítima se houver uma teoria explícita que relacione dois níveis que, em princípio, são separáveis: a revolução da estrutura teórica — em que uma construção teórica supera outra — e a revolução da estrutura dos poderes que sustenta a institucionalização. Como ao nível designativo não é possível dar conta da *articulação* dos dois níveis, pode-se concluir que o termo «antipsiquiatria» encobre uma zona de ambiguidade não explicitada (o que ainda contribui para a estabilidade do que é institucional).

Finalmente, a designação é não produtiva pelos factores já apontados e porque indica (subtilmente, como convém) que a antipsiquiatria não é uma teoria psiquiátrica, quando de facto o é.

Toda a teoria inclui, no seu espaço próprio, a sua crítica e os seus vazios, pelo menos até que se atinja a zona de instabilidade onde se inscreve a necessidade de uma nova formulação. Daí que apenas falemos da teoria psiquiátrica *contemporânea*.

3. A dinâmica do reflexo ou dos «espelhos» é um dos instrumentos teóricos mais potentes da escrita de LAING, fazendo do sujeito um reflexo da imagem construída (por ele) para ser enviada a um sujeito-outro, que também é um sujeito que emite uma imagem que procura um reflexo, etc. Da *indeterminação* que aqui é fatal surge uma solução: a introdução de uma força que *domina* outra, quebrando o círculo vicioso das imagens-espelho. As comédias humanas transformam-se (traduzem-se) na comédia de ser humano (de ser imagem e espelho, de ser indeterminação e factor de indeterminação; no limite: de ser o local de uma angústia que pode não ser suportável).

Na viabilidade da explosão inscreve-se a única solução conhecida do ser humano: impedi-la inutilizando a origem da perturbação. No entanto, o jogo dos espelhos cria uma origem dupla: o «eu» e «outro». Na recusa da destruição do «eu» inscreve-se o estilhaçar do espelho, imprimindo nele uma única imagem: a que satisfaz o desejo do «eu»; a negação do «outro» é o primeiro percurso necessário para a afirmação estável do «eu». O conflito será inevitável, mas a solução alternativa à explosão terá de surgir: inscreve-se no sistema a *relação de dominação*, que não extingue a circularidade infinita das imagens reflectidas, mas a reduz à função hipnótica do senhor-e-servo.

O referencial está construído.

Como todos os referenciais, é *relativo*: válido parcialmente e apenas dentro de um certo espaço definitório — o senhor deste espaço será servo-em-destruição noutra espaço, o que reforça a sua violência no primeiro espaço. E é *relativizado*: a interacção de referenciais, relativos em si mesmos, produz uma relatividade englobante — a insegurança das imagens faz desejar a sua desfocagem, surge o mito e o mitómano, surge, esporadicamente, a força estranha da História. Depois, os espelhos reconstroem-se.

As definições só podem ser provisórias e não dogmáticas, pois são ainda produto dos espelhos e das imagens desejadas na inocência do investigador e da imagem-mãe que é a objectividade — mito científico que é o encobrimento das imagens hostis que estão para além dela (ou dentro dela, como factores da intenção oculta da dominação).

Efeito psiquiátrico: o *anormal* não existe. A sua utilização aparece sempre como um *título* que tem um *efeito de encobrimento* e uma função englobante de *dominação*, a qual procura produzir a exigência de um vector normal. Que do título decorra a imagem anormal é a demonstração da eficácia do título (ver, integralmente, *Sanity, Madness and the Family* e *Asylums*, respectiva-

mente de LAING-ESTERSON e de COOPER). A família, *nexus* privilegiado porque primeiro, é uma das múltiplas zonas de espelhos. O comportamento da esquizofrenia será o reflexo do interior do «doente» ou a imagem do que lhe é exterior? Ou, mais precisamente, a violentação do interior pelo exterior?

Nesta pergunta está a inovação da psiquiatria contemporânea e a crítica rigorosa às terapêuticas do interior que decorrem da análise isolada do «doente»; essas terapêuticas não são mais do que a confirmação «científica» de um título que terá tido origem no «jogo de espelhos» entre o interior e o exterior.

Na anormalidade biopatológica a questão não se põe: a imagem é fixa, bem determinada e não colide com qualquer das imagens dos biologicamente normais. Efectivamente, são factores de segurança, imagens da anti-superioridade que define a superioridade dos outros.

Há quem tenha de se servir da *cor* para obter a mesma calma.

4. Em qualquer ciência social se encontra o registo desta dinâmica de esforço de dominação das imagens que reflectem os seus produtores (mediadores de outros agentes que anseiam pelo encobrimento das suas próprias imagens, conhecendo-as ou não).

A crítica epistemológica (ainda presa desta armadilha) é a procura da coragem suficiente para enfrentar as imagens do real. É o projecto de desmascaramento do erro, sublinhando-o. Essa deverá ser a intenção-exigência de *toda* a produção teórica; mas, na falta dessa coragem, inscreve-se o vício da *intenção-eficácia*, jogo de poderes sociais que vigia o discurso teórico e o condiciona.

Se as definições têm um efeito duplo (como procura de caracterização de um objecto real e como distorção desse objecto real de forma a poder satisfazer o desejo de uma certa imagem pessoal, que tem também de ser social), se a produção teórica é operacional (isto é, se procura responder adequadamente a uma questão que o investigador põe ao real), então é fundamental esclarecer:

i) Qual é a pergunta, pois ela veicula a forma da imagem desejada;

ii) Se a pergunta se aplica ao real ou se é, ainda, uma fuga pelo fantasmático;

iii) O grau de medo do real;

iv) A *razão* (integração dos desvios da imagem e/ou da formação social, queda no fantasmático, alienação teórica) dessa fuga;

v) A tensão psíquica e sociológica que decorre deste jogo de contradições.

5. Enquanto preocupada com o esclarecimento da *questão epistemológica* no domínio global das ciências sociais, a nossa escrita procura mostrar que o conjunto teórico constituído pelas obras de Ronald LAING e de David COOPER não é inteligível enquanto estiver circunscrito à zona especializada (restrita) da investigação e da prática psiquiátricas, ou, alternativamente, que não é possível uma investigação e uma prática psiquiátricas en-

quanto o próprio domínio psiquiátrico não for alargado de forma a recolher os *efeitos gerais* do estudo das condições da produção científica. O que aqui se diz é generalizável a qualquer dos domínios alfandegados das ciências sociais.

No ponto anterior, seguindo uma «introdução» de COOPER, procurámos mostrar que existe uma *zona de plasticidade irreduzível* no interior da psiquiatria (e não só aí, como é evidente), que decorre da permanente interacção entre o seu sujeito e o seu objecto, plasticidade essa que se subordina à ilustração da «dinâmica dos espelhos», sistematicamente utilizada por LAING. Aqui se originava o seguinte *postulado fundamental*:

A atribuição do estatuto de validade absoluta a um resultado teórico manifesta, *em princípio*, a intenção de uma *ocultação (in)consciente* das condições e dos efeitos reais da análise onde essa atribuição se inscreve. Aí se localizam as manifestações principais da exigência ideológica e do que poderemos designar por «efeito de violência» da produção teórica.

No entanto, é importante não nos determos, em consequência de um movimento simétrico de (auto)defesa e de (auto)crítica negativista, na hipótese inversa, que consideraria toda a produção de conhecimento nas ciências sociais como uma racionalização de interesses ocultos, inconscientes-subjectivos (prático-afectivos ou prático-políticos). Tentaremos mostrar sinteticamente que esta proposta é manifestamente absurda, enquanto afirmação absoluta, no interior das condições do trabalho humano, ao mesmo tempo que procuraremos definir algumas das características principais do trabalho humano do conhecimento e, mais restritamente, do trabalho humano da produção científica.

A prática do sujeito humano, a sua operacionalidade efectiva, bem ou mal sucedida, está *imersa no domínio do simbólico*, no sentido rigoroso de ser sistematicamente mediatizada pela introdução de, e pelo trabalho com, *símbolos significantes* (isto é, símbolos cuja existência transporta um significado ou vários) no interior da área que constitui a prática e produz a eficácia.

Estes signos, que compõem-identificam a prática científica, deverão ser entendidos no sentido lato de conjuntos que transportam informação, dotados de uma plasticidade que vai da globalidade significativa, enquanto sistema das potencialidades do símbolo, até ao concretismo do significado unívoco, retirado de entre as opções que constituem o sistema das potencialidades do respectivo código.

Restará saber — e esta é a pergunta determinante — qual a origem do símbolo, qual a lógica da constituição do domínio simbólico. É com esta pergunta que nos defrontaremos, pois ela é crucial para o esclarecimento do valor científico da noção/anti-noção de esquizofrenia (objecto teórico estratégico da psiquiatria contemporânea), caso-limite de intromissão simbólica.

No plano do trabalho humano do conhecimento, o símbolo é o elemento de partida e ainda o elemento de chegada; no intervalo esteve uma *acção*, elemento particular do trabalho humano, que é conduzido ao longo de percursos simbólicos sucessivos («esquemas», no código teórico de PIAGET) que preenchem os vazios que são o real ainda não conhecido, vazios que, no entanto, oferecem uma resistência ao seu preenchimento (recobrimento) pelo símbolo, pois estão *objectivamente* preenchidos ainda antes de serem constituídos como incógnita-vazio que espera o símbolo adequado. Sublinhe-se: adequado a esse pré-enchimento, que poderá resistir ao símbolo ou recebê-lo, integrando-o, e não adequado ao preconceito (pré-adequado, o que define uma *simbologia fantasmática*) que possa estar a orientar o trabalho do sujeito do conhecimento.

O trabalho humano do conhecimento é prosseguido com «factores de produção» que, com excepção dos circuitos neurológicos (base material de todo o modo da produção de conhecimento), começam por ser símbolos antes de serem objectos (no sentido em que se define o «objecto abstracto-formal») ou se conservam sempre no espaço do simbólico (factores de produção fantasmática e/ou factores de produção ideológica).

Daqui se conclui que a prática humana se desenvolve no interior do espaço simbólico. A origem do símbolo está na necessidade de estabelecer o canal de contacto com o que é exterior ao sujeito humano, com o que se define como uma *falta originadora do desejo*, desejo que só pode satisfazer-se na realização do preenchimento. Mas esse «preenchimento» só pode existir depois da *designação da falta*, ou seja, depois da identificação do pólo de desejo, isto é, depois de construída a possibilidade da sua *satisfação simbólica*, projecto primário que aparece como defesa do sujeito humano perante a *vertigem do abismo-falta*. De LACAN se poderá recolher que:

Le désir est proprement la passion du signifiant, c'est-à-dire l'effet du signifiant sur l'animal qu'il marque et dont la pratique du langage fait surgir un sujet — un sujet non pas simplement décentré, mais voué à ne se soutenir que d'un signifiant qui se répète, c'est-à-dire comme divisé.

D'où cette autre formule: le désir de l'homme (si l'on peut dire), c'est le désir de l'Autre. En l'Autre est la cause du désir, d'où l'homme choit comme reste ¹.

A repetição do significante, constituindo uma sucessão errática cujo limite é desconhecido, divide-o nas suas múltiplas formulações, mas mantém-se como núcleo que sustenta o sujeito (e também o sujeito epistémico).

Existe uma outra fórmula, ainda equivalente para além das rotações de referencial: o desejo do homem é o desejo do Outro — uma paixão que se veicula pela linguística enquanto síntese das

¹ Jacques LACAN, «Petit discours à l'O. R. T. F.», difundido em 2 de Dezembro de 1966 e publicado em *Recherches*, n.ºs 3-4, pp. 5-9.

interacções das imagens espelhadas que são ditas, mesmo no silêncio do visual. Mas surge então o outro ramo da *equação exemplar da origem*: o Outro é a causa do desejo, pelo que o homem é o resto necessário para equilibrar os dois membros.

Diríamos que o outro-como-espelho é o desejo e a angústia do homem; diríamos que a causa do desejo é a posse pelo Outro (colectivo) da nossa imagem espelhada. Diríamos que o homem é o que resta.

Mas não é difícil designar a eficácia que aqui se desenha: o *desejo do equilíbrio* realiza-se na imposição ao sujeito de um símbolo através da dominação do Outro. É uma prática ilusória, pois o vector da dominação acabará por destruir o espelho onde o homem se imagina ou, alternativamente, produzirá a repetição sistemática de uma imagem única (redundância); mas nem por isso deixa de ser uma prática eficaz, no sentido em que conserva uma dada estrutura de relações humanas, mesmo quando isso equivale à destruição de certos homens-resto.

«L'Enfer, c'est les autres», afirmava SARTRE pela voz de um actor, e não será por acaso que um dos primeiros trabalhos de LAING-COOPER é um estudo sobre SARTRE a que chamaram *Reason and Violence*: a razão, desejando preencher a lacuna que separa o homem do real-desejo, produz um símbolo que violentamente imprime no real, querendo convencer-se da sua conquista; mas essa satisfação simbólica é insuficiente, pois acaba por o reconduzir ao desejo de si mesmo através da imagem que quer ser.

Real/símbolo é uma separação radical e, entretanto, a distância que os separa é infinitesimal. Daí a confusão que se opera, por comodidade, por defesa perante o risco, por recusa do risco abissal e vertiginoso que os separa, operação que se traduz na tentativa inútil de uma ligação impossível. A sua existência prova-se nos sucessivos reais da individualidade e do colectivo social, cuja sucessão (ponto a ponto) não é mais do que a sucessão dos símbolos (pontos da ligação), sucessão errática, circular ou espiralica, mas *sucessão fantasmaticamente-ideologicamente eficaz*: garante ao sujeito a adequação do seu conhecimento aos seus fantasmas, criando as condições necessárias para a satisfação do seu desejo; garante à formação social a adequação do conhecimento disponível à sua hierarquia, criando as condições necessárias para a concretização dos efeitos de coesão.

Concluindo: no espaço fantasmático-operatório em que se define o conhecimento do sujeito humano *enquanto condição da sua prática quotidiana*, a objectividade é uma intenção impossível — está marcada pelo egocentrismo dos desejos privados. Este conhecimento é um produto simbólico, relativo-relativizado, coerente apenas no interior do referencial que localiza rigorosamente a dinâmica desse sujeito humano que o produz (leia-se também: *desse sistema social que o produz*). Não será difícil aceitar que este conhecimento é prático, defensivo e redutor das contradições que ponham em causa a estabilidade do sistema de símbolos-mitos do sujeito humano. Será ainda evidente a passagem destas

características para o domínio da produção social da ideologia (prático-política, defensiva e redutora-ocultante).

6. Do percurso anterior se conclui, privilegiadamente: a nomeação do real é um percurso pela dimensão do simbólico, com a intencionalidade da satisfação de um desejo, o preenchimento de uma falta-ausência-expulsão (mito Adão-maçã-Eva, efeito isomorfo ao grafismo da serpente coleante que co-liga erráticamente nos seus movimentos anelares-circulantes e espirálicos?). Ao sujeito humano está prescrito o projecto permanente de se *dirigir para* (pro-jectar) numa invariante de insatisfação que só sentirá o infinito da realização no vazio da inexistência (isto é, na in-existência) que é a ausência do sujeito, transportado para o espaço divino da omnisciência (equivalente: in-existência). Nos limites da existência, o perigo do fantasmático persiste.

Como passar do símbolo ao signo?

Recuemos um pouco, até uma citação de HEIDEGGER, na tradução de Henry CORBIN:

La réalité humaine est constituée comme réalité-révélee, c'est-à-dire par un «comprendre» qui s'accomplit en une certaine situation-affective. L'Être *authentique* pour la mort ne peut *s'échapper* devant la possibilité absolument propre, inconditionnelle, il ne peut *dissimuler* cette possibilité en recourant à la fuite, ni *en fausser l'interprétation* au profit de l'intelligence moyenne du «On». Il faut donc que l'esquisse existentielle d'un Être authentique pour la mort fasse ressortir les éléments constitutifs de cet Être; ces éléments sont ceux qui le constituent comme une compréhension de la mort, ce qu'il faut entendre comme Être pour la possibilité [...], Être pour elle sans fuite ni dissimulation. (*Sein und Zeit*, 2.^a secção, parte 53.)

Do Ser autêntico se aprende que não pode haver dissimulação nem fuga, o que se traduz existencialmente pelo re-conhecimento da morte como possibilidade absolutamente própria — signo definitivo cuja interpretação não pode ser falseada. Dessa exactidão se recolhe que o Ser autêntico é o que admite a possibilidade sem máscaras. A ciência é a procura do possível, e não apenas o desejo do útil.

E talvez não seja de todo improfícuo deixar aqui registados alguns «hermetismos» de HERACLITO, falados com a pureza de uma intenção simples, reproduzidos na tradução de KIRK e RAVEN:

Of the Logos which is as I describe it men always prove to be uncomprehending, both before they have heard it and once they have heard it. For although all things happen according to this Logos men are like people of no experience, even when they experience such words and deeds as I explain, when I distinguish each thing according to its constitution and declare how it is; but the rest of men fail to notice what

they do after they wake up just as they forget what they do when asleep.

[...]

Therefore it is necessary to follow the common; but although the Logos is common the many live as though they had a private understanding.

Mas o conhecimento, embora comum a todos na sua possibilidade, é substituído pelo «conhecimento» privado, pela simbologia do que é agradável, que mais não é do que a dissimulação dessa possibilidade ou a fuga perante a sua coerência — porque os homens não compreendem o que fazem, do mesmo modo que esquecem o que sonharam.

Poderemos designá-lo por «Logos» ou pelo que «não é dissimulado nem fingido» — será, sempre, o que não é fantasmado. O signo é o «símbolo» que *denota*, mas não desvia.

Denota o quê? Não desvia de quê?

Denota rigorosamente o objecto que preenche a falta primária que origina o desejo (qualquer desejo); denota a fonte do desejo. Rigorosamente: é o produto da construção de um *esquema perceptivo* que não dissimula outras possibilidades, mas que se proponha como melhor captação do objecto que a teoria (o Logos) construiu. É o *objecto teórico*² enquanto possibilidade não dogmática incluída no espaço da teoria disponível e no espaço crítico dessa mesma teoria (epistemologia). O conhecimento humano rigoroso (tendencialmente não fantasmático ou, pelo menos, crítico das suas fantasmagorias) é discurso teórico, iniciado na produção simbólica, mediatizado pela construção de objectos abstracto-formais, finalizado provisoriamente na constituição coerente e demonstrada de objectos teóricos, semelhança não dissimulada do objecto real.

Não desvia para o «conhecimento privado» (HERACLITO, produção fantasmática), nem foge ao, ou dissimula o, «ser-para-a-possibilidade» (HEIDEGGER, produção concentracionária de ideologia). O signo é o produto do trabalho humano científico, quando «distingue cada coisa de acordo com a sua constituição e declara como ela é» (HERACLITO), isto é, denota; o signo é uma estrutura equilibrada-desequilibrada-reequilibrada, é uma sucessão de estruturas, é uma *possibilidade, sem fuga nem dissimulação*.

Antes do signo está o objecto simbólico. Na diferença reside o desvio fantasmático e ideológico. Na diferença reside o significante do desvio, o pólo da crítica do que é dito, o fulcro da superação para outro discurso menos dissimulante.

A vigilância epistémica não é mais do que a procura do signo através da compreensão integral do simbólico (preensão do símbolo, domínio do símbolo, prensagem-redução) que possibilita a sua crítica e que conduz a uma outra possibilidade: o signo, objecto provisório e não dogmático, o máximo de conhecimento possível.

No campo da vigilância epistémica (ou seja, no local da crítica possível e do esclarecimento do possível), onde se situa esta

² Ver A. SEDAS NUNES, «Questões preliminares sobre as ciências sociais», in *Análise Social*, n.ºs 30-31, vol. VIII, 1970, pp. 215-220.

análise descritivo-crítica da obra de LAING-GOUFFMAN-COOPER e seguintes, torna-se necessário saber esclarecer, *pele menos*, os seguintes pontos:

- a) Saber rigorosamente qual é a *pergunta*, isto é, qual o pretexto (sempre: lacunas de textos anteriores) que motiva uma certa análise; mais ainda: torna-se indispensável saber qual a *forma de formulação da pergunta*, ou seja, qual o referencial de complexidade mínima onde se pode localizar uma resposta satisfatória;
- b) Saber a *origem* da pergunta, isto é, determinar a tradição simbólica em que ela se inscreve, e, para além disso, saber encontrar (se existirem) as condições da construção de sistemas fantasmáticos que preenchem (no todo, em parte, pouco, quase nada, nada) a tradição simbólico-teórica que envolve a pergunta-objecto;
- c) Determinar os vestígios e os efeitos do *medo do real* (fuga ou dissimulação em relação à dinâmica falta-desejo-objecto, substituída por um empirismo que se limita à verificação das aparências — que iludem, mas que garantem a segurança do sujeito humano envolvido nas suas crenças —, ou por um platonismo que violenta o real, preenchendo-o com intuições onde se manifesta necessariamente o efeito das construções fantasmáticas dos sujeitos-da-intuição) e, ainda, o efeito do recurso a sistemas fantasmáticos sociais a que são violentamente atribuídas categorias sociais de cientificidade.

7. Na designação do que é ciência, na produção do símbolo antes da sua crítica, inscrevem-se todos os desejos de uma imagem «boa» do «eu» produtor (efectivo ou pretensão) de ciência; isto é o mesmo que dizer que se inscreve a possibilidade da *dominação* e da *violência*. E já se mostrou atrás que, além do possível, a dominação é a consequência necessária da estratégia da estabilidade. Veja-se: *o sujeito é estilhaçado* para que a «sociedade» (articulação de relações) conserve a imagem da sua estabilidade, imposta e transmitida desde a primeira violência do nascimento; *a psiquiatria (e não só) é política*. A psiquiatria contemporânea (LAING-GOUFFMAN-COOPER) preencheu um dos abismos vertiginosos entre o real e o símbolo, demonstrando a sua descoincidência.

E mostrou também que, apesar de vertiginosa, a distância que separa as duas vertentes é infinitesimal: o resultado atingido é *elementar* e não passa de uma particularização da teoria geral do sistema social. Mas então a publicidade que engloba esta pretensa antipsiquiatria ainda será uma arma do jogo complexo das imagens que se desejam (em sintaxe de instrução primária: *quem deseja o quê?*)

Resumindo: «violence is the action of freedom on freedom» (LAING e COOPER); o resultado é a destruição dos referenciais próprios pela imposição de um referencial-outro. Há os que se adaptam: são as partes da engrenagem, trabalhadas até ao infinito do

pormenor. E há os outros (há sempre outros!): transportam o título supremo «peça deficiente».

[...] but a man cannot tie himself, or not with bonds that cannot be undone — can't, that is, unless he kills himself.

Julho de 1972.